

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

Faculdade de Direito e Relações Internacionais

Curso de Relações Internacionais - FADIR

GABRIELA DOS SANTOS SILVA

**A ASCENSÃO PACÍFICA DA CHINA E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS
PARA O SISTEMA INTERNACIONAL**

Dourados - MS

2017

GABRIELA DOS SANTOS SILVA

**A ASCENSÃO PACÍFICA DA CHINA E AS SUAS
CONSEQUÊNCIAS PARA O SISTEMA INTERNACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Banca Examinadora da
Universidade Federal da Grande
Dourados, como pré-requisito para
obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Doutor Hermes
Moreira Junior.

Dourados - MS

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S586a Silva, Gabriela Dos Santos
A ASCENSÃO PACÍFICA DA CHINA E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA O SISTEMA INTERNACIONAL /
Gabriela Dos Santos Silva -- Dourados: UFGD, 2017.
Of. : il. ; 30 cm.

Orientador: Hermes Moreira Junior

TCC (Graduação em Relações Internacionais) - Faculdade de Direito e Relações Internacionais, Universidade Federal da Grande Dourados.
Inclui bibliografia

1. China. 2. Desenvolvimento chinês. 3. Ascensão pacífica. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos vinte e sete dias do mês de março de 2017, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais o (a) aluno (a) **Gabriela dos Santos Silva** tendo como título "*Ascensão Pacífica da China*".

Constituíram a Banca Examinadora os professores Dr. Hermes Moreira Junior (orientador), Me. Artur Banzatto (examinador) e o Dr. Alfa Oumar Diallo (examinador).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado (a) Aprovado.

Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: _____

Assinaturas:


Dr. Hermes Moreira Junior
Orientador


Me. Artur Banzatto
Examinador


Dr. Alfa Oumar Diallo
Examinador

À minha mãe, Araci,
Que me faz acreditar que tudo é possível.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer aos meus pais, principalmente a minha mãe que sempre esteve ao meu lado e sempre me apoiou. Eu não estaria aqui concluindo uma importante fase da minha vida se não fosse pelo meu pai e minha mãe, pelo esforço deles para proporcionar a filha a melhor educação possível. Muito obrigada Jairto e Araci.

Como não agradecer aos meus amigos, em especial a Madalena (nee-chan) que me aguentou reclamar de todos os problemas durante esse período e que teve a paciência de me ajudar a concluir essa etapa da vida com graça e com muitas receitas que eu levarei para a vida toda. Mesmo estando quilômetros de distância nee-chan você sempre esteve presente ao meu lado. Quero agradecer a minha querida irmã de coração, Paola, que sempre me trouxe muitos risos, gargalhadas e sorrisos, você, com muita certeza é um dos meus pilares de sustentação sempre dizendo que tudo dará certo e confiando em mim até mesmo quando eu não confiava e obrigada por continuar ao meu lado mesmo me ouvindo reclamar do mesmo problema umas mil vezes a uns três anos.

Quero agradecer aos amigos que fiz na universidade (na verdade aos meus amigos de ônibus), Mylenna, Gabriel, Laís, Christopher e Igor por compartilharem a amizade e a companhia de vocês durante os 3 anos que utilizei o ônibus para ir de Ponta Porã a Dourados. Sem vocês realmente seria horrível todas essas viagens que pareciam durar eternidades, sou grata por ter conhecido vocês. Mylenna muito obrigada por fazer parte da minha vida e obrigada também pelas pizzas que comemos na calçada do CEUD durante eventos acadêmicos.

E por último, mas não menos importante, quero agradecer ao meu orientador por ter paciência para aguentar as minhas reclamações, as minhas mudanças de opinião e por fazer com que eu de certa forma considerasse economia um tema interessante. Muito obrigada pelo apoio e compreensão Hermes.

“Change is the essential process of all existence.”

Spock

RESUMO

O objetivo desse trabalho foi analisar as políticas de desenvolvimento propostas por Deng Xiaoping e como essas reformas foram essenciais para o atual modelo de ascensão pacífica da China. Com o sucesso das reformas a China teve a capacidade de se projetar em todas as partes do mundo, aumentando sobretudo sua influência em países em desenvolvimento. Outro objetivo foi exemplificar esse desenvolvimento chinês através das relações com outros Estados, como Estados Unidos e países da Ásia, América Latina e África e expor as intenções que impulsionaram essa aproximação com essas regiões.

Palavras chave: China – Ascensão Pacífica – Reformas de Deng Xiaoping – Brasil – Estados Unidos – Acordo Transpacífico.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze the development policies proposed by Deng Xiaoping and how these reforms were essential to China's current peaceful rise model. With the successful reforms implemented, China was able to project itself worldwide, increasing above all its influence on development countries. Another goal is to exemplify China's development through its relations with countries, such as the United States and others in Asia, Latin America and Africa and expose the intentions that propelled the closeness with these regions.

Key words: China – Peaceful Rise – Deng Xiaoping's reforms – Brazil – United States – Transpacific Partnership

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Balança Comercial dos EUA com a China: 1975 a 2008. p.26

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Importações chinesas por parceiro econômico (2014)	p.16
Figura 2	Brasil - Exportações e Importações - Principais destinos (2014)	p.19
Figura 3	Exportações brasileiras por parceiro econômico (2015)	p.19
Figura 4	Exportações brasileiras por tipo de produto (2014)	p.21
Figura 5	Exportações de petróleo de Angola em 2011	p.23
Figura 6	Membros do TPP	p.28

LISTA DE SIGLAS

ASEAN - Associação de Nações do Sudeste Asiático

Brics – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

EAMs – Empresas de Aldeias e de Municípios

EUA – Estados Unidos da América

IAEUGT – Instituto de Altos Estudos da UGT

MRTA – Acordos de Comércio Megarregionais

OMC – Organização Mundial do Comércio

PCC – Partido Comunista Chinês

RPC – República Popular da China

TPP – Parceria Transpacífico

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ZEEs – Zonas Econômicas Especiais

ZPEs – Zonas de Processamento para Exportação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. O DESENVOLVIMENTO CHINÊS	2
1.1 A Reforma e Abertura de Deng.....	3
1.1.1 Setor Agrícola.....	4
1.1.2 Setor Educacional.....	5
1.1.3 Setor Econômico	6
1.2 A China e o Comércio Internacional	8
1.3 A China e outros Estados	9
2. ASCENSÃO PACÍFICA DA CHINA E AS RELAÇÕES COM A ÁSIA, AMÉRICA LATINA E ÁFRICA.....	11
2.1 A diplomacia da “ascensão pacífica” da China.....	11
2.1.1 O conceito de ascensão pacífica	12
2.2 A relação da China com os países asiáticos	13
2.2.1 A China e a Associação das Nações do Sudeste Asiático	15
2.2.2 O Impacto da Ascensão chinesa na Ásia.....	16
2.3 China e América Latina.....	17
2.3.1 Diplomacia chinesa para a América Latina	18
2.3.2 Relação sino-brasileira.....	18
2.3.3 Consequências da Ascensão chinesa na América Latina.....	19
2.4 China e África: o interesse chinês no continente africano.....	21
3. A RELAÇÃO CHINA – ESTADOS UNIDOS.....	25
3.1. Acordo Transpacífico	27
3.2.TPP e as consequência na China	30
CONCLUSÃO	32
BIBLIOGRAFIA	32

INTRODUÇÃO

A relevância da China no Sistema Internacional é cada vez maior. Isso pode ser notado, pois o país que era marginal passou a ser um dos atores principais na atualidade. Por isso, o grande interesse em saber como esse Estado conseguiu assumir tal posição e como ele se comporta em relação aos outros atores do sistema. Ao assumir a posição de potência, o poder de influência chinês aumentou causando desconfiança por parte de muitos países.

No primeiro capítulo, foi exposto quais foram as reformas propostas por Deng Xiaoping, as quais fizeram com que a China hoje seja a segunda maior economia do mundo. Essas reformas foram implementadas em áreas específicas como no setor educacional, econômico e agrícola. O sucesso das políticas de reforma teve como consequência o fenômeno do desenvolvimento chinês em um curto período de tempo.

No segundo capítulo, foi analisado os interesses chineses para cada região do mundo fica claro que o motor da política externa do país é a contínua busca pelo desenvolvimento e para isso é necessária uma convivência harmônica entre os países e também a ampliação de parceiros.

No último capítulo, a relação norte americana e chinesa é abordada, com um foco maior no Acordo Transpacífico, o qual era um dos pontos principais da política externa durante o governo Obama. O acordo era considerado pelo governo americano como uma política de contenção para a China capaz de diminuir a influência chinesa na região asiática. Contudo, com o atual presidente Donald Trump, foi assinada a retirada dos Estados Unidos do acordo. Logo, como os EUA eram a peça principal do acordo, a sua possibilidade de continuação é incerta.

1. O DESENVOLVIMENTO CHINÊS

Nesse primeiro capítulo será discutido o progresso chinês por meios das políticas implementadas por Deng Xiaoping, líder político do Partido Comunista Chinês no final dos anos 1970. Essas políticas pretendiam reformar quatro áreas importantes: indústria e comércio, ciência e tecnologia, agricultura e também a área militar. Abordarei com mais importância os setores agrícola, educacional e econômico.

É importante destacar que a China pratica um socialismo denominado “socialismo com características chinesas”, o qual difere do socialismo utilizado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). No socialismo chinês a prioridade foi dada aos camponeses e não ao proletariado urbano como na URSS. Essa preferência chinesa pela classe campesina explica o porquê de as políticas de Hu Jintao, governante da China no período 2002-2012, serem benéficas para essa classe trabalhadora por meio da expansão da assistência médica, da educação e da previdência social nas áreas rurais. Outra característica desse socialismo chinês é que continuam sobre o controle do Estado as áreas de energia, recursos hídricos e minerais, utilização do solo, câmbio, controle populacional e o setor financeiro.

Talvez tenha sido graças a esse poder do Estado chinês de controlar setores vitais para desenvolvimento da China que as reformas de Deng Xiaoping se concretizaram de forma exitosa, transformando a China na segunda maior economia do mundo.

Antes do desenvolvimento, a situação chinesa era completamente precária. O país era marcado pela pobreza, camponeses passando fome, o nível de escolaridade dos cidadãos era baixo, havia atraso tecnológico e isolamento em relação aos outros países. O rumo da civilização chinesa começou a mudar durante a liderança de Deng Xiaoping que assumiu o governo após o falecimento de Mao Tse-Tung o qual formou a República Popular da China em 1949 e foi seu líder até sua morte em 1976.

A situação econômica herdada por Deng era próxima do desespero. A estrutura agrícola coletivizada da China mal acompanhava as necessidades de sua imensa população. [...] O fechamento do sistema escolar durante a Revolução Cultural produzira condições calamitosas. Em 1982, 32% da força de trabalho da China tinha um nível de ensino apenas primário, e 28% eram considerados “analfabetos ou semianalfabetos”; apenas 0,87 da força de trabalho chinesa tinha nível superior. (KISSINGER, 2011, p. 384)

Foi graças ao plano de “reforma e abertura” de Deng a China encontra-se agora entre as grandes potências. As mudanças que ocorreram no período de 1978 a 1992 foram concretizadas graças a um esforço hercúleo, pois foram superados imensos obstáculos.

Deng invocara um período de rápido crescimento econômico; mas ele enfrentava o desafio de como transformar uma população geral sem ensino, isolada e ainda

grandemente empobrecida em uma força de trabalho capaz de assumir um papel produtivo e competitivo na economia mundial e de suportar as ocasionais tensões. (KISSINGER, 2011, p. 385)

1.1 A Reforma e Abertura de Deng

Deng moldou a modernização que ao longo do século XXI, iria transformar a China numa superpotência econômica. Seus planos foram focados em quatro áreas, agricultura, indústria de base, indústria bélica, tecnologia e ciência. Era dada por Deng uma grande importância para a área da agricultura e tecnologia e ciência. Deng queria superar o atraso tecnológico da China:

A chave para conquistar a modernização é o desenvolvimento da ciência e da tecnologia. E, a menos que prestemos atenção na educação, será impossível desenvolver a ciência e a tecnologia. Palavras vazias não vão levar nosso programa de modernização a lugar algum; devemos ter conhecimento e pessoal treinado. [...] Hoje parece que a China está vinte anos atrás dos países desenvolvidos em ciência, tecnologia e educação. (Deng apud KISSINGER, 2011, p. 325-326)

As mudanças feitas por Deng não ficaram isoladas apenas na área econômica, a área política também sofreu alterações. Antes de dar início às reformas era necessário a estabilização da sociedade chinesa, que se encontrava à beira de um colapso econômico, e então buscar novos métodos para alcançar os objetivos propostos.

A reforma do sistema econômico chinês buscava principalmente atrair capital estrangeiro, para que esse fosse direcionado para as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), que são regiões com infraestrutura e legislação especial para atrair investimentos econômicos, tanto estrangeiros como também chineses; conceder maior autonomia às províncias e às empresas estatais; a criação de um sistema de bolsas de valores (1991) e de títulos públicos; a reforma do sistema financeiro e tributário; a criação de um estatuto legal para as empresas privadas e um conjunto de leis trabalhistas para a regulamentação do mercado de trabalho.

No setor da agricultura houve a adesão de tecnologia e mecanização nas áreas rurais, substituição do modelo de comunas e ajuste de preços dos produtos. Já na indústria foi dada prioridade à abertura ao exterior e à modernização tecnológica.

O setor das relações com o exterior, durante o período Deng, foi caracterizado por uma maior interligação com países que continham um alto número de chineses étnicos residentes e também procurou-se atrair capitais de Hong Kong e outros centros econômicos. A China também passou a participar de acordos regionais com seus vizinhos, evitando assim que eles busquem outros alinhamentos.

Nos próximos tópicos busco explicar de maneira mais específica as reformas empreendidas nos setores agrícola, educacional e econômico, pois considero essas as essenciais para ascensão pacífica da China, tema do próximo capítulo.

1.1.1 Setor Agrícola

Como Smith teria aconselhado, as reformas de Deng visaram primeiramente à economia e à agricultura. A principal reforma foi a introdução, entre 1978 e 1983, do Sistema de Responsabilidade Familiar, que retirou das comunas a responsabilidade das decisões e do controle dos excedentes agrícolas e devolveu-a às famílias rurais. (ARRIGHI, 2008, p.366)

Em 1979 e 1983 o aumento dos preços dos produtos agrícolas acarretou em uma maior produtividade e elevação dos lucros, com isso as empresas de comunas puderam investir na produção de produtos não agrícolas. Outra mudança em 1983 foi a possibilidade dos habitantes rurais de comercializar seus produtos em outras localidades.

Um dos grandes avanços nesse período foi a criação das Empresas de Aldeias e de Municípios (EAMs) de propriedade coletiva e foi permitido que as pessoas trabalhassem em EAMs de outras cidades, não tendo que trabalhar necessariamente naquela localizada em sua região. Portanto nas EAMs o cultivo intensivo em lotes pequenos de terra se ajusta com o trabalho na indústria e em outras atividades não agrícolas e existe investimento na melhoria da qualidade da mão de obra.

Duas reformas anteriores permitiram a criação das EAMs, a primeira foi a descentralização fiscal que permitiu que os governos locais tivessem autonomia para promover o crescimento econômico e utilizar os restos fiscais como incentivos. A segunda reforma que foi a avaliação dos quadros com base no desempenho econômicos de suas localidades, dando aos governantes locais um poderoso incentivo para apoiar o desenvolvimento econômico. As EAMs tornaram-se o ponto de partida para o desenvolvimento chinês.

Sendo financeiramente autossuficientes em sua maioria, elas também se tornaram os principais agentes da realocação de excedentes agrícolas para a realização de atividades industriais com o uso intensivo de mão de obra que pudessem absorver produtivamente o excesso de trabalhadores rurais. (ARRIGHI, 2008, p. 367)

Como resultado o aumento de trabalhadores rurais em setor de atividades não agrícolas foi surpreendentemente de 28 milhões de pessoas em 1978 para 176 milhões em 2003. No funcionamento das EAMs os governos locais escolhiam os administradores como também os demitiam, essa responsabilidade cabia a eles ou poderia ser delegada para algum órgão do governamental. Metade dos lucros das EAMs deveriam ser reinvestidos na própria empresa para modernizar e expandir a produção.

A ascensão econômica chinesa iniciou-se com o progresso das EAMs, que absorveram mão de obra rural excedente e permitiram assim que esses trabalhadores conseguissem renda e com isso o número de migrações para a cidade não se elevou. Houve aumento da competição com as empresas estatais e empresas urbanas e a diminuição da carga tributária sobre os camponeses, pois as EAMs eram boas fontes de receita. Agora o benefício principal era que as EAMs expandiram o mercado interno, possibilitando desenvolvimento em outros investimentos e com isso houve aumento de empregos.

[...] boa parte do crescimento econômico chinês pode ser atribuída à contribuições das EAMs para o reinvestimento e a redistribuição do lucro industrial nos circuitos locais e para o seu uso em escolas, clínicas e outras formas de consumo coletivo. (ARRIGHI, 2008, p. 369)

1.1.2 Setor Educacional

O desenvolvimento na educação chinesa aconteceu através de políticas governamentais que buscavam qualificar a população de seu país, assim a China teria mão de obra qualificada em grande escala e em variados setores. Os setores de engenharia e tecnologia recebiam destaque, tendo um suprimento de engenheiros, cientistas e técnicos em rápida expansão, como afirma Arrighi (2007). Comparando dados entre o período de 1995 e 2007, o aumento de gastos da China na área de pesquisa e desenvolvimento cresceu 17% ao ano, contra 4% a 5% nos Estados Unidos, no Japão e na União Europeia. (ARRIGHI, 2008, p. 372)

O governo chinês mostrou-se competente em promover a modernização e expansão de seu sistema educacional, transformando uma China atrasada em um China altamente avançada em vários ramos da tecnologia. As faculdades estatais da China, por exemplo, produzem um número absoluto de formandos comparável ao de muitos países mais ricos que ela. Em 2002, 590 mil estudantes se formaram em ciência e tecnologia na China, contra 690 mil no Japão. (ARRIGHI, 2008)

Além de modernizar suas próprias instituições educacionais e profissionais, a China manda todos os anos milhares de estudantes para o exterior, boa parte para os Estados Unidos, mas também, em número menor para a Europa, Japão, Austrália e outros países. Para os estudantes no exterior, a China oferece incentivos para que eles retornem a seu país. E graças a esses incentivos e o rápido crescimento da economia chinesa muitos deles retornam.

1.1.3 Setor Econômico

A expansão econômica da China foi mais aberta ao comércio e ao investimento estrangeiro, comparada, por exemplo, com o Japão. A China, segundo Arrighi (2008), não adotou a receita neoliberal do Consenso de Washington¹.

A China controla o capital, de modo que o dinheiro especulativo não pode entrar e sair livremente e também detém grandes setores estatais na indústria pesada. A República Popular da China (RPC) é um exemplo de país que observa e aprende as instruções de outros órgãos ou países e retiram desse novo conhecimento o necessário para seu benefício fazendo ou não mudanças.

A respeito do investimento estrangeiro, a China apenas acolhia tais investimentos se os considerasse importante para o interesse nacional. Outra diferenciação do desenvolvimento chinês foi que em geral a desregulamentação e a privatização foram mais seletivas e avançaram em ritmo mais lento diferente de outros países que adotaram a cartilha neoliberal.

Na verdade, a principal reforma não foi a privatização, mas a exposição das empresas estatais à concorrência de umas com as outras, com as grandes empresas estrangeiras e, acima de tudo, com uma cesta de empresas privadas, semiprivadas e comunitárias recém-criadas. (ARRIGHI, 2007, p. 362)

Essa concorrência diminuiu a participação das estatais em relação ao emprego e produção, mas por outro lado isso não significou a diminuição de investimentos do governo que direcionou o investimento para o desenvolvimento de novos setores. Também foram beneficiados a área da educação superior, projetos de infraestrutura e a criação de novas Zonas de Processamento para Exportação (ZPEs), que em 2007 abrigavam dois terços do total mundial de trabalhadores em zonas desse tipo. A imensa população e a extensão territorial chinesa permitiram que o governo utilizasse dessas políticas e as combinassem com as vantagens da industrialização voltada para a exportação.

A China construiu três conglomerados industriais básicos, cada um em uma determinada área e com sua especificidade: o delta do rio Pérola é especializado em indústrias que fazem uso intensivo de mão de obra, em produção e montagem de peças de reposição; o delta do rio Yang-tsé é especializado em setores que fazem uso intensivo de capital e em produção de carros, semicondutores, celulares e computadores; e Zhongguan Cun, em Pequim, conhecido como o Vale do Silício da China. Especialmente nesse último conglomerado há a

¹ O Consenso de Washington foi uma recomendação internacional elaborada em 1989, que visava a propalar a conduta econômica neoliberal com a intenção de combater as crises e misérias dos países subdesenvolvidos, sobretudo os da América Latina.

maior intervenção do governo chinês, que busca promover colaboração entre universidades, empresas e bancos estatais no desenvolvimento da informática.

A estratégia do governo chinês era a de promover o desenvolvimento nas ZPEs tanto nos setores que utilizam intensamente conhecimento como nas que utilizam intensamente mão de obra.

Para impor essa estratégia, que transformou várias cidades chinesas em incubadoras de pesquisa de alta tecnologia, o governo chinês modernizou e expandiu seu sistema educacional em ritmo e em escala sem precedentes, até mesmo para a Ásia oriental. (ARRIGHI, 2007, p. 363)

Segundo Arrighi, o retorno da China à economia de mercado cabe na concepção de desenvolvimento com base no mercado. Nessa concepção o governo faz uso do mercado como meio de domínio, liberando o comércio de forma lenta evitando, assim, perturbar a tranquilidade pública. O governo coloca os capitalistas para competir entre si, e não os trabalhadores.

O capitalismo da China ficou conhecido como “capitalismo selvagem chinês”, pois o governo chinês incita à concorrência entre todos os capitais, tanto estrangeiro, privado, nacional como público. A intensificação da concorrência era um dos objetivos e um dos fatores decisivos para o progresso da China. Esse capitalismo se assemelha ao mundo smithiano de capitalistas forçados pela competição a trabalhar em prol do interesse nacional, segundo Arrighi.

Com o progresso na área educacional, principalmente no nível superior e o aumento das oportunidades de empregos em vários setores, o estímulo do governo aos camponeses para que estes invistam na economia agrária acabaram por influenciar a diminuição da mão de obra barata na China. Existe sim mão de obra barata, porém a mão de obra desqualificada está cada vez menor, sendo substituída por trabalhadores qualificados, cuja a força de trabalho foi valorizada.

As características smithianas das reformas chinesas que examinamos até aqui – o gradualismo das reformas e da ação estatal que visa expandir e atualizar a divisão social do trabalho; a expansão maciça da educação; a subordinação dos interesses capitalistas ao interesse nacional; e o estímulo ativo à concorrência entre capitalistas- todas elas contribuíram para a escassez incipiente de mão de obra. (ARRIGHI, 2007, p. 366)

Uma das principais características das reformas chinesas era que houve a formação de um mercado interno e a melhoria das condições de vida nas áreas rurais. Contudo a busca por maior acesso aos mercados internacionais é uma das prioridades do Estado chinês já que a indústria chinesa é voltada para a exportação.

A principal vantagem competitiva dos produtores urbanos chineses não é o salário baixo de seus trabalhadores, mas a prática de técnicas que empregam mão de obra instruída e barata, ao invés de máquinas tecnológicas e administradores com salários altos. Um dos exemplos pode ser representado pelas fábricas automobilísticas, local em que a utilização de máquinas é descartada, e os funcionários fazem todas as etapas da montagem dos automóveis.

1.2 A China e o Comércio Internacional

A China foi excluída do comércio global pelos EUA, durante a Guerra Fria, contudo em determinada altura do conflito os EUA buscaram atar laços com os chineses para combater a União Soviética e a China utilizou o mercado como forma de aproximação. Isso fortaleceu o Partido Comunista Chinês internamente e a República Popular da China externamente.

A entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) foi negociada por Jiang, o presidente da China no período de 1993 a 2002 e seu ministro da economia Zhu Rongji, o qual teve papel importante na modernização econômica do país.

Kissinger (2011) descreve que a política externa chinesa no governo Hu Jitao buscava um ambiente pacífico e acesso a matérias-primas para assegurar um crescimento econômico contínuo e demonstrava interesse diferencial pelos países em desenvolvimento. Esse interesse pode ser caracterizado pela funcionalidade das relações chinesas com os países em desenvolvimento, que são os fornecedores de matérias-primas da China.

A negociação para a entrada da China na OMC demorou 15 anos, sendo efetivada apenas em dezembro de 2001, um dos motivos para a essa demora foi a forte intervenção do Estado chinês na economia. Uma das expectativas da China com a entrada na OMC era que isso traria benefícios para o contínuo crescimento econômico e abriria novos mercados para o país.

A participação da China também trouxe vantagens para os outros membros, por ser integrante da OMC a China teve que fazer concessões, como a melhora de acesso à produtos e empresas estrangeiras e a retirada das restrições ao mercado de capitais. Portanto ao entrar na OMC a China assumiu o compromisso de liberalizar seu regime comercial e promover a maior integração da economia mundial, como também adotar políticas domésticas de acordo com as regras da OMC.

Os compromissos chineses envolviam: o fim da discriminação de bens e serviços de outros membros da OMC; a revisão da legislação comercial chinesa para que estivesse de acordo com as regras da Organização; o fim dos subsídios a produtos agrícolas e à exportação; a ampliação ao acesso a mercado; e a aplicação do Acordo sobre Direito de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, sigla em inglês) a partir da data de adesão. (NAIDIN, L. C.; BRANDÃO, F; VIANA, M. T, 2007p.1-7)

Desde que ingressou na OMC a China registrou um crescimento do PIB (produto interno bruto) de 10% ao ano e tornou-se o país com o segundo maior fluxo de comércio, além de ser o maior exportador e o segundo maior importador. Além disso, os países em desenvolvimento são os principais destinatários dos investimentos chinês no exterior (NAIDIN, L. C.; BRANDÃO, F; VIANA, M. T, 2012).

A entrada da China na OMC trouxe oportunidades no campo político, econômico e social. Como também trouxe melhora para seus cidadãos, que poderão negociar a exportação de seus produtos em longo prazo e assim expandir as suas atividades.

A China apresentou mudanças no comércio exterior de acordo com as transformações que ocorreram em seu sistema industrial compreendidas entre os mais diversos ramos. O investimento em produtos de alta tecnologia e bens intensivos em capital vem crescendo cada vez mais. O desenvolvimento nessas áreas demonstra como o avanço da China é real, ela já não faz mais parte da periferia. Além dessas relações com os países vizinhos, o Estado chinês vem formando uma rede de alianças econômicas e políticas com vários países em desenvolvimento.

1.3 A China e outros Estados

A China e os EUA, pode-se dizer, têm um vínculo de interdependência. Os EUA precisam dos produtos importados da China como também da compra por parte da China de títulos do Tesouro norte-americano. Já a China depende das exportações americanas para o crescimento de suas indústrias. Para Arrighi (2008) a China vem substituindo os Estados Unidos como principal motor da expansão comercial e econômica na Ásia oriental e em outras partes do mundo.

Na esfera econômica fica clara a ascensão chinesa, sendo que entre 2001 e 2004 a China foi responsável por um terço do aumento total do volume mundial de importações, ficando reconhecida como “a locomotiva do restante da Ásia oriental” (China, Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Mongólia, Hong Kong e Macau).

[...] Grande parte da nova condição da China vem de sua promoção a uma das maiores nações comerciais do mundo e, nesse processo, a mercado importante para vizinhos exportadores. Mas nesse poder há uma forte dimensão política, já que os novos líderes de Pequim se mostraram dispostos a pôr de lado as antigas disputas e cativar, em vez de importar, as outras nações. Tyler Marshall (ARRIGHI, 2007, p. 216)

As iniciativas chinesas na América do Sul foram feitas por Hu Jitao presidente da China, que passou duas semanas visitando Argentina, Brasil, Chile e Cuba. Ele anunciou que haveria mais de trinta bilhões de dólares em novos investimentos e assinou contratos de longo prazo que garantiram à China o fornecimento de matérias-primas básicas.

Na Venezuela, a relação com a China foi vista como uma maneira de libertar o país da dependência em relação ao mercado norte-americano.

A China em termos regionais, teve sucesso na integração com os países da Asean (Associação de Nações do Sudeste Asiático), também formou laços econômicos com o Japão, Coreia do Sul e Índia. No internacional, reuniu-se com Brasil, Índia e África do Sul para liderar o G20 na reunião de 2003 da OMC.

2. ASCENSÃO PACÍFICA DA CHINA E AS RELAÇÕES COM A ÁSIA, AMÉRICA LATINA E ÁFRICA

A China de hoje se vê na condição de potência global, com alcances que vão muito além da sua antiga esfera de influência do Leste da Ásia. (SHENKAR, 2005, p56)

A China ascendeu ao nível de potência graças às políticas de reformas propostas por Deng e o empenho do governo chinês em concretizá-las, mas não foi apenas esses elementos que permitiram esse acontecimento. E sua singularidade também se deve, segundo Shenkar (2005), a um legado especial, instituições diferentes, aspirações infinitas, e uma combinação inigualável de recursos, capacidades e poder de barganha.

Outro ponto de diferenciação para a China foi o atrativo mercado interno, o qual possibilitou ao país um poder de barganha extremamente forte que permitiu a exigência de transferência de tecnologia dos investidores estrangeiros como condição de acesso ao mercado chinês.

O que presenciamos aqui é o crescimento sustentado e radical de uma futura potência mundial, detentora de incomparável base de recursos, aspirações grandiosas, enorme poder de barganha e dos recursos tecnológicos e financeiros de uma comunidade expatriada estabelecida e preparada para todos os tipos de empreendimentos. (SHENKAR, 2005, p.19)

2.1 A diplomacia da “ascensão pacífica” da China

A China para o século XXI projeta-se como um gigantesco parceiro, que se encontra a meio caminho entre o mundo industrializado e o mundo em desenvolvimento. Sendo, portanto, uma força interessada tanto na mudança das regras do comércio mundial como na reforma do sistema internacional, no sentido da multipolaridade. (CABRAL, 2002)

Como foi exposto no capítulo anterior a China passou e continua a passar por um processo de desenvolvimento, no qual a cada etapa concluída fica mais clara a capacidade chinesa de se tornar uma potência. Para muitos a China está apenas se estabilizando na posição que já havia assumido, a de potência.

Agora a China busca avançar cada vez mais no desenvolvimento de produtos que demandam alto nível de tecnologia, ou, como podemos dizer, que fazem uso intensivo de tecnologia. Contudo, isso não significa o abandono do campo da manufatura barata, que utiliza mão-de-obra intensiva, a qual foi capaz de transformar uma China atrasada em uma potência, ou como alguns dizem na fábrica do mundo.

A China não se contenta, porém, com a situação de liderança na manufatura de produtos baratos e de baixo valor tecnológico, e por isso mesmo trata de ocupar espaços em áreas nas quais o mais importante é a tecnologia e em que a mão-de-obra não representa ao principal componente dos custos. (SHENKAR, 2005, p.20)
[...] a China procurará consolidar o seu domínio das indústrias com alto componente de mão-de-obra e tecnologia intermediária como forma de alavancar um grandioso

projeto referente às áreas dependentes de conhecimento intensivo, que dominarão por inteiro a economia globalizada do futuro. (SHENKAR,2005, p.21)

A capacidade chinesa de reverter ou alterar a sua situação, tanto no âmbito econômico como no âmbito da tecnologia, é algo extraordinário, pois em curtíssimo período de tempo uma economia pobre praticamente se transformou em uma superpotência. Muitos perguntam-se e preocupam-se com quais serão as reações que a ascensão da China causará no Sistema Internacional.

Por isso a utilização de uma diplomacia pacífica é muito importante para a China, a última coisa que o governo chinês gostaria é ser visto como um inimigo ou desestabilizador do Sistema Internacional.

A China trilha sem desvios o caminho do desenvolvimento pacífico, e tem a opinião de que os povos de todos os países devem se esforçar para construir um mundo harmonioso, com paz duradoura e prosperidade comum, o que é apreciado pela comunidade internacional. (WEIGUANG, 2008, p.190)

A diplomacia chinesa tem como uma das características a intenção de propor um sistema internacional harmonioso, no qual as relações entre os Estados sejam pacíficas e um modo de fazer com que isso se concretize é a através da promoção do desenvolvimento para as nações.

Para a China quanto mais estável o ambiente internacional, melhor será para o desenvolvimento doméstico chinês. A estratégia nacional chinesa é a de elevar o status internacional da China para o de uma grande potência econômica que tenha uma força política capaz de influenciar o sistema internacional. Por isso a necessidade de se manter a paz no contexto internacional é tão importante para o governo chinês. Pode-se também entender o discurso chinês de promover a paz e um mundo harmonioso como uma representação da tradicional cultura chinesa que agora é refletida de certa forma por meio da política externa do país.

A China será fiador e árbitro de questões diplomáticas globais não apenas na Ásia, mas no mundo inteiro. A crescente capacidade militar permitirá ao país contrabalançar a influência do Ocidente, hoje predominante, redesenhando o mapa político e de segurança e transformando o que vê como domínio atual de uma potência hegemônica em um jogo para dois ou três protagonistas. A China continuará fiel à sua fiel tradição não expansionista, mas indubitavelmente fará uso da sua nova e crescente influência econômica como instrumento definidor de uma ampla agenda de política internacional. (SHENKAR, 2005, p.194)

2.1.1 O conceito de ascensão pacífica

O conceito “ascensão pacífica” é utilizado pelo governo chinês para denominar o contínuo desenvolvimento e o aumento de poder relativo da China de maneira menos ofensiva para com os outros Estados. As principais premissas da ascensão pacífica da China são: não

buscar a expansão externa, defender a paz, a cooperação mútua e o desenvolvimento igualitário (GLASER, p.295).

O fato fundamental é que nos últimos 25 anos, desde a sua reforma e abertura, a China tem delineado uma nova trajetória estratégica que não só atende às suas condições internacionais, mas também está de acordo com a maré do tempo. Este novo caminho permite a ascensão pacífica da China através de uma construção independente do socialismo com características chinesas ao participar, ao invés de isolar-se, da globalização econômica. [...] Temos enfrentado muitos testes. O povo chinês, no entanto, nunca titubeou em sua determinação de abraçar o novo caminho para a ascensão pacífica. Na China hoje, portanto, a reforma, liberalização e desenvolvimento pacífico estão profundamente enraizados no modo de vida e na cultura, que por sua vez, criaram um ambiente seguro para o caminho estratégico da China para a ascensão pacífica. [...] De um modo em geral, nas duas ou três décadas que estão por vir, ou no começo do século XXI, a Ásia irá enfrentar uma oportunidade rara na história para a ascensão pacífica, e a ascensão pacífica da China será uma parte da ascensão pacífica da Ásia. (Zheng Bijian, 2003, apud AMARAL 2013)

Existe também uma visão negativa sobre o prospectivo crescimento chinês, uma teoria introduzida na década de 1990, a chamada teoria da “ameaça China” que diz que ascensão da China é uma ameaça para a ordem internacional. Discutir esse tema a fundo, no entanto, não é um dos objetivos desse trabalho.

Para contrabalançar essa teoria negativa e a desconfiança da Sociedade Internacional a China tenta demonstrar que, diferente das potências anteriores, que tentaram ascender ao poder, a China não busca desestabilizar o sistema internacional. Pois, como já mencionado, a China não deseja ser vista como uma inimiga pelos outros atores do Sistema Internacional.

Segundo AMARAL (2012), a China busca se tornar uma grande potência, mas, de acordo com os discursos referentes a sua política externa, o fará de modo gradual, visando o desenvolvimento dos outros países concomitantemente ao seu.

Atualmente, o termo ascensão vem sendo substituído por “desenvolvimento pacífico” para que, assim, diminua a conotação negativa que muitos podem entender com a utilização de ascensão.

Agora para dar continuidade, pretendo abordar nos próximos tópicos as relações da China com outros países da Ásia, América Latina e África. Essas discussões darão embasamento para que no próximo capítulo desse trabalho tratemos sobre a relação da China com os Estados Unidos e o Acordo de Associação Transpacífico e as suas consequências para a República Popular da China.

2.2 A relação da China com os países asiáticos

Historicamente, a China sempre foi uma nação de grande extensão territorial e com uma cultura muito rica. Ela participou de conflitos por territoriais com o Japão e teve oscilações na

participação e importância no contexto internacional, mas a partir do período de 1949 iniciou-se a retomada da importância da China no Sistema Internacional.

Durante o período da Guerra Fria a relação da China com seus vizinhos não era das melhores, as relações diplomáticas estavam deterioradas. Contudo a partir dos anos 1990 o governo chinês empenhou-se a melhorar as relações políticas e comerciais com seus vizinhos asiáticos.

A diplomacia chinesa direcionada à Ásia busca evitar a emergência de um nacionalismo asiático e também combater a política americana de contenção para a China². O governo chinês faz utilização da cooperação na área política, tecnológica e econômica como meio de fortalecer os laços com os países asiáticos e também de contrabalancear o poder norte americano.

A China procurou ativamente normalizar as suas relações com os países com os quais ela tinha até então relacionamentos instáveis, incluindo Indonésia, Coreia do Sul, Malásia, Singapura e Vietnã, além dos países não-asiáticos, tais como África do Sul e Israel. A China também tornou-se cada vez mais aberta para a cooperação regional e redes multilaterais na Ásia como esforços para ajustar a relativa proporção de bilateralismo e multilateralismo em sua diplomacia. (CHUNG,2007, apud AMARAL 2012)

Após a crise asiática de 1997, a ligação entre a China e os países asiáticos ficou mais forte, principalmente porque a China fez grandes contribuições de recursos para os países vizinhos asiáticos. Para Chung (2007) a partir desse momento a China passa a ter mais responsabilidades nas comunidades internacionais e regionais, aplicando assim o discurso chinês de “diplomacia da grande potência com responsabilidades”.

A China com o seu consumo interno em crescimento tornou-se uma colaboradora para o bem-estar econômico dos outros Estados da região asiática, os quais são grandes beneficiados das exportações feitas para o gigante asiático. Atualmente a China e os países da Ásia formam um novo polo de poder econômico no mundo, que tem seu centro gravitacional a China, o que gera questionamentos sobre o futuro econômico mundial.

“Por sua vez nos Sudeste Asiático, a China exerce, de fato, uma liderança pragmática, utilizando-se do ‘estreitamento dos laços de interdependência econômica assimétrica e da ação efetiva em momentos de crise, estabelecendo uma liderança responsável, com a utilização de recursos de soft power e influência sociocultural’, consolidando nas últimas décadas ‘uma ordem regional de cunho sinocêntrico’”(Becard, 2011, apud PINI, 2015, p.24)

A política externa da China vem utilizando o multilateralismo por meio de instituições internacionais e regionais como meio seguro para o seu desenvolvimento. No próximo tópico

² Os EUA buscam meios para evitar o avanço da influência chinesa no mundo, um dos exemplos dessa política é o engajamento dos EUA no Acordo Transpífico.

exemplifico uma das participações mais importantes da China em uma organização regional, a participação na Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN).

2.2.1 A China e a Associação das Nações do Sudeste Asiático

A ASEAN³ é uma organização de integração regional na Ásia. Ela foi fundada em 1967 e tem como membros fundadores Malásia, Indonésia, Tailândia, Singapura e Filipinas. A ASEAN tem importante participação econômica na região asiática. A partir do final da década de 1990 a organização começa a interagir com o Japão, Coreia do Sul e China, no que ficou conhecido com ASEAN+3⁴. Essa aproximação com as principais potências econômicas da região asiática foi um avanço importante para a ASEAN.

Após a crise financeira asiática entre os anos de 1997 e 1998 ficou clara a necessidade da cooperação entre os Estados da região asiática. Em outras palavras a crise de 1997 fez com que houvesse uma aproximação e integração entre a região do Sudeste Asiático e os Estados do Japão e China.

[...] a política na Ásia objetiva a desfazer as desconfianças políticas e militares dos países da ASEAN – a periferia geográfica da China, mas sob forte influência americana – em relação a expansão chinesa. Tais desconfianças têm sido exploradas diretamente pelos EUA com o estabelecimento de acordos comerciais bilaterais e de cooperação militar. (SHENKAR, 2005, p.108)

A China tornou-se um importante colaborador da ASEAN por meio de acordos econômicos. Essa colaboração do governo chinês com os países da ASEAN, de certa forma, foi uma maneira de tranquilizar esses Estados que se sentiam ameaçados pelo sucesso do desenvolvimento chinês. Assim a China demonstrou que as relações políticas e estratégicas são tão ou mais importantes do que as relações econômicas.

Entretanto, as profundas reformas econômicas não só estão transformando a economia chinesa, como também estão começando a afetar seu sistema político. Para alguns observadores, permanece discutível se a crescente interdependência econômica com o resto da Ásia, com o mercado mundial e com a comunidade de investimentos transformará a China num grande poder cooperativo e pacífico, com restrição ao uso de sua força. Esta avaliação positiva, aparentemente, está sendo reforçada pelas reações da China à presente crise econômica regional, contribuindo para disseminação de um clima de maior confiança em suas reais intenções. (OLIVEIRA, H. A, 1999)

A China assinou em 2004 um tratado de livre comércio com a ASEAN, o qual entrou em vigor mais tarde em julho de 2005, caracterizando assim o interesse chinês na cooperação com os países vizinhos. Esse interesse, no entanto, não ficou restrito somente à área comercial, o Estado chinês também passou a cooperar na área política e militar na região asiática.

³ Associação das Nações do Sudeste Asiático, em sua sigla inglesa Asean, inclui atualmente Brunei, Camboja, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Myamar, Tailândia e Vietnã.

⁴ Atuais dez membros da Associação do Sudeste Asiático mais China, Japão e Coreia do Sul, também chamado de Asean+3.

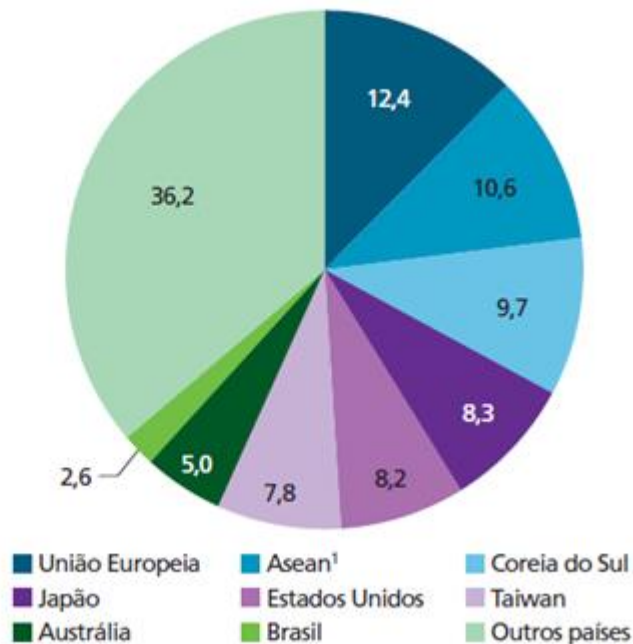
2.2.2 O Impacto da Ascensão chinesa na Ásia

A Ásia já era um centro econômico antes da verdadeira ascensão chinesa, contudo agora ela poderá fazer frente com outras áreas do mundo, com a grande China como líder. Também os países asiáticos se beneficiaram muito por ter um grande importador em seu continente com um número populacional surpreendente.

[...] os países asiáticos beneficiaram-se amplamente da “locomotiva” chinesa. Em particular, os países de maior capacitação tecnológica, como o Japão, a Coreia e Taiwan tornaram-se grandes exportadores para a China, que rapidamente se afirmou como seu primeiro mercado exportador. Também os países de menor grau de desenvolvimento beneficiaram-se da economia chinesa, devido à grande escala de seu mercado interno e pelo espaço que começou a ser aberto pela elevação dos salários chineses. (MEDEIROS, 2008, p.102)

Figura 1: Importações chinesas por parceiro econômico (2014).

Importações chinesas por parceiro econômico (2014)



Fonte: WITS-UNSD Comtrade (2015).

A ascensão chinesa não é apenas a ascensão da China, mas sim da Ásia também. Segundo Shenkar “dentro de mais uma década a China ter-se-á transformado num centro de irradiação de um mercado asiático do Leste e Sudeste que será concorrente direto e poderoso das economias da Europa e das Américas”.

Para as economias emergentes e em desenvolvimento na Ásia, o impacto chinês é mais ambivalente. Embora os países asiáticos continuem a perder investimentos estrangeiros para sua poderosa vizinha, a China, ao mesmo tempo, se transforma num motor de crescimento para toda a região, e um complemento, quando não substituto, para os mercados dos países desenvolvidos. Com a notável exceção do Japão, a maioria das economias asiáticas desfruta de superávit em sua balança comercial com

a China, e por isso mesmo não considera produtos importados chineses como motivo de preocupação imediata. Ainda sim, a China é vista como uma possível preocupação entre as nações asiáticas, algumas das quais estão apenas um degrau acima na escala do desenvolvimento e são por isso vulneráveis ao avanço chinês. A China, embora historicamente não expansionista, continua sendo uma nação dominada pelo Partido Comunista, com o maior exército do mundo e alentando fortes aspirações geopolíticas. (SHENKAR, 2005, p.35)

Contudo, para cada região do globo a poderosa China tem um plano específico e conseqüentemente o impacto se sentirá de maneira diferente por cada um dos membros do Sistema Internacional.

2.3 China e América Latina

A América Latina e a China antes do período de ascensão chinesa, não se encontravam em níveis econômicos tão discrepantes. A mudança veio a partir das escolhas políticas aplicadas pelos governos de cada um dos Estados da América Latina e do Estado Chinês.

As políticas empregadas na América Latina e na China se diferenciaram em muitas instâncias. No primeiro caso foram priorizadas políticas de ajuste e reestruturação, já na China o governo foi o grande diferenciador, pois esse controlou, supervisionou e aplicou políticas de reforma e de abertura que permitiram que o Estado chinês alcançasse tal desenvolvimento. Além disso a China deu importância ao desenvolvimento de tecnologia própria e a formação de empresas nacionais. As reformas econômicas implementadas na China ficaram conhecidas como Socialismo de Mercado.

A recente expansão econômica da China e sua crescente relevância no mundo é um dos eventos mais importante no setor econômico na atualidade. A China cada vez mais amplia a sua integração financeira, comercial e produtiva com os mercados mundiais, principalmente após seu ingresso na Organização Mundial do Comércio. A China também tem sustentado altas taxas de crescimento econômico continuamente.

Esse maior envolvimento na política e nos negócios internacionais vem acompanhado de uma maior autonomia na capacidade de formulação de sua estratégia internacional. (...). Paralelamente, o governo chinês atua para liderar os países do Sul, visando a mudanças e/ou resistência frente assimetrias da ordem mundial. O fato é que a China tem buscado um espaço próprio, reafirmando-se como alternativa ao Ocidente para os países periféricos, na medida em que defende um modelo de interação internacional baseado nos ganhos mútuos. (Pautasso, 2011, apud PINI, 2015, p.23)

A relação com a América Latina começa a se intensificar com o desenrolar do desenvolvimento chinês pois esse carecia de fornecimento de produtos primários, commodities e energéticos para implementar o plano de reformas idealizado por Deng.

2.3.1 Diplomacia chinesa para a América Latina

A China procura aplicar uma diplomacia amigável, principalmente na América Latina, já que esta é uma das principais fornecedoras de recursos naturais e commodities. Quanto mais parceiros comerciais a China obtiver, maior será o seu poder de influência nas regiões onde se enquadram os seus parceiros.

Países como a Costa Rica, Chile e Peru têm acordos de livre-comércio com a China, já o Brasil, México, Venezuela e Argentina formaram acordos de parceria estratégica com a China.

A relação entre a China e a América Latina é em sua maioria relações econômicas e comerciais, mas existe uma nova postura e de inclusão e desenvolvimento de temáticas políticas na agenda bilateral (PINI,2015)

2.3.2 Relação sino-brasileira

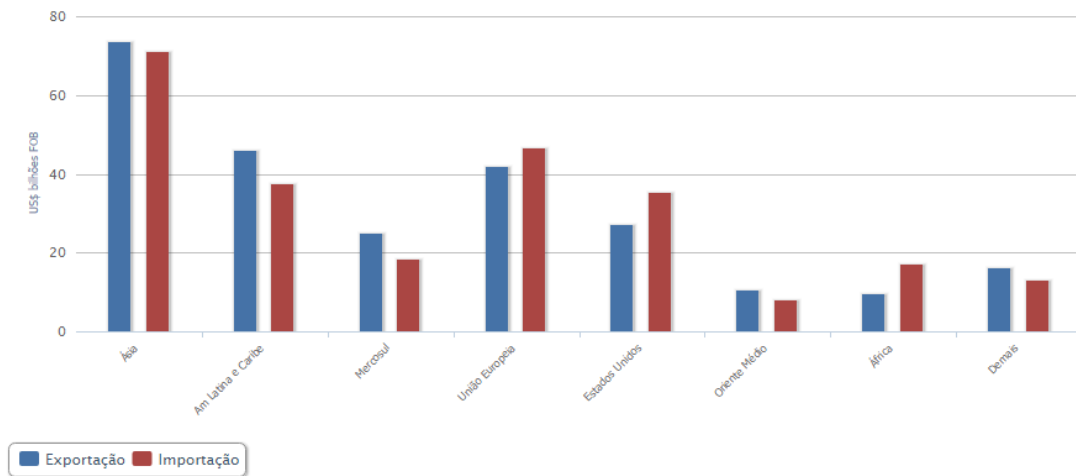
A China e o Brasil apresentam similaridades, como economias emergentes de grande território e população, marcadas historicamente por desenvolvimento industrial tardio, fases aceleradas de urbanização, aumento de renda interna e crescimento do PIB e por desenvolvimento regional desigual, além de subsistirem ainda regiões subdesenvolvidas e carências sociais. Apesar dessas condições históricas parecidas, o século XXI distanciou as economias de uma maneira brutal. (ANDRADE,I.O.; NARETTO,N; LEITE,A.W.2015)

Na América Latina um dos principais, se não o principal parceiro da China, é o Brasil. O Brasil é um dos grandes fornecedores de commodities para a RPC e foi muito beneficiado com o progresso chinês, principalmente por meio da exportação de matérias primas, commodities e recursos energéticos os quais foram essenciais para a construção da China atual.

Em relação ao Brasil a China tornou-se o maior parceiro comercial a partir de 2011. O país também aumentou o fluxo de investimentos diretos para o país e estreitou a articulação econômica e financeira com o Brasil por meio de iniciativas, como o Brics⁵. Contudo no período de 2014 e 2015 as demandas de exportações brasileiras para a China declinaram.

⁵ Brics é um grupo político de cooperação formados por Brasil, Rússia, Índia, China e África 4do Sul.

Figura 2: Brasil - Exportações e Importações - Principais destinos 20

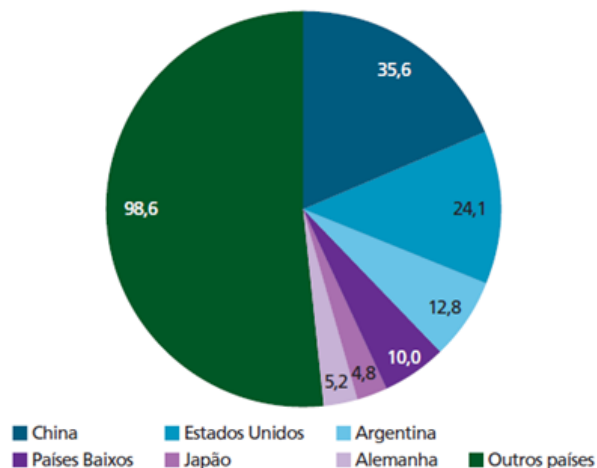


Fonte: Secex/MDIC. Elaboração: AEB. Exportações e importações Brasileiras por principais blocos econômicos.

O gráfico a baixo demonstra que o valor de 35,6 US\$ bilhões das exportações brasileiras são especificamente direcionadas para a China no total de todos os parceiros econômicos brasileiros.

Figura 3: Exportações brasileiras por parceiro econômico (2015). (Em US\$ bilhões)

Exportações brasileiras por parceiro econômico (2015)
(Em US\$ bilhões)



Fonte Brasil (2016).

2.3.3 Consequências da Ascensão chinesa na América Latina

Ao aumentar a demanda por commodities e recursos primários, a China causou um aumento nos preços desses elementos. Isso favoreceu a América Latina, cujos países, em grande maioria, extraem da exportação desses recursos os lucros para seus países. Ou seja, o setor econômico dos Estados latino americanos depende da venda de produtos primários.

O crescimento do comércio China-América Latina nos anos 2000 rendeu frutos positivos “em termos de diminuição da dependência comercial dos Estados Unidos e da Europa. Isso poderia ser considerado uma grande contribuição da relação China-América Latina para a região latino-americana”. De fato, para alguns países, a relação com a China ajuda a diminuir a dependência em relação aos Estados Unidos ao mesmo tempo em que oferece maiores possibilidades de barganha na relação com Washington. (Zhiwei, 2012, apud PINI, 2015, p.26)

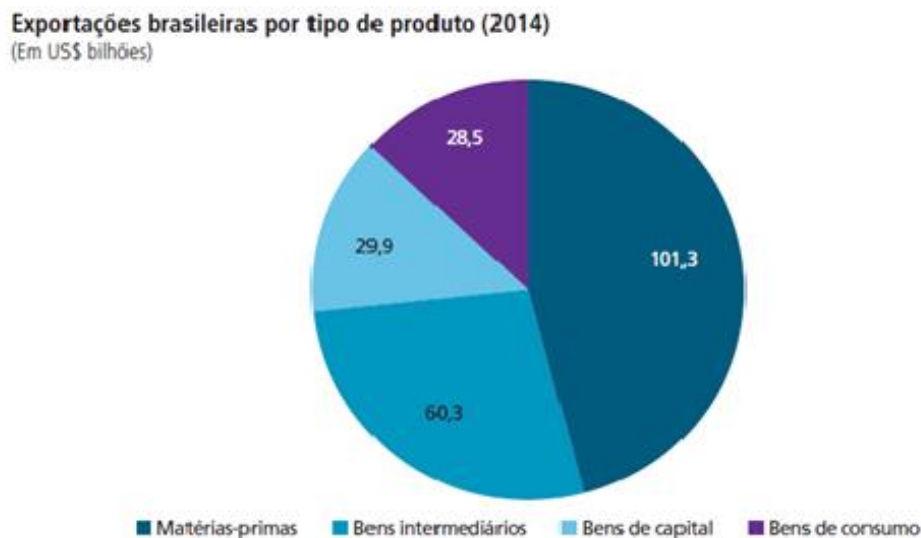
Como exemplo de consequência benéfica podemos analisar o comércio exterior bilateral Brasil e China que no período 2001-2004 apresentou crescimento significativo ao passar de US\$ 3,2 bilhões, em 2001, para US\$83,3 bilhões, em 2013. Podemos concluir então que a intensa expansão industrial chinesa beneficiou o setor econômico brasileiro por meio das exportações de produtos básicos como, soja, petróleo, e minério de ferro feitas pelo Estado brasileiro. Logo conclui-se que a China apresenta uma oportunidade de desenvolvimento para o setor da agropecuária e indústria extrativa brasileira.

Ultimamente, instituições internacionais, como Banco Mundial, o Banco Americano de Desenvolvimento, a OCDE e a Comissão Econômica para a América Latina, publicaram relatórios especiais e confirmaram os fatos de que o desenvolvimento da China é benéfico para a América Latina; a busca da China por recursos naturais estimula as exportações da América Latina, e não há indícios de que a China tenha expulsado a América Latina de outros mercados, e o assim chamado neocolonialismo é inteiramente sem fundamento. (WEIGUANG, 2008, p.205)

Contudo também existem pontos negativos para o Brasil decorrentes da ascensão da China. Segundo um estudo realizado por Acioly et al (2011), a ampliação da corrente de comércio entre esses dois países é acompanhada de pressão competitiva das manufaturas chinesas sobre a indústria brasileira. E isso geraria alguns efeitos como a especialização regressiva da pauta exportadora, déficit comercial para o Brasil no caso de produtos de mais alta intensidade tecnológica e perda na participação das exportações brasileiras de maior intensidade tecnológica em terceiros mercados, em virtude da expansão das exportações chinesas.

No gráfico abaixo fica claro como a pauta brasileira exportadora continua a ser focada nos produtos extrativos, com quase 50% das exportações.

Figura 4: Exportações brasileiras por tipo de produto (2014). (Em US\$ bilhões)



Fonte: WITS-UNSD Comtrade (2015).

A China além de demandar apenas produtos primários do Brasil, ainda representa forte concorrência no tocante a bens industrializados, pois a região latino-americana é historicamente o destino para produção de manufaturados brasileiros.

No entanto, os impactos do crescimento chinês geram dúvidas não somente aos países desenvolvidos, que veem na ascensão chinesa os indícios de seu declínio, como também aos países em desenvolvimento, que buscam compreender os desafios e oportunidades que essa transição sistêmica pode representar e quais frentes Pequim é uma aliada ou uma concorrente potencial. (PINI, 2015, p.24)

Na relação entre China e México existe a concorrência pelo mercado norte americano, assim a visão mexicana em relação à ascensão chinesa não é das melhores. Já com países como o Chile, Brasil e Argentina, fornecedores de matéria-prima são beneficiados pelo desenvolvimento chinês, mesmo que com alguns pequenos prejuízos em casos específicos.

O “primeiro impacto” da ascensão chinesa faz-se evidente com intensidade variável conforme o país por ele atingido [...] sendo bem mais forte sobre setores de mão-de-obra intensiva e escassa tecnologia, e quase inexistente, ainda, sobre setores de alta tecnologia. (SHENKAR, 2005, p127)

2.4 China e África: o interesse chinês no continente africano

O primeiro contato chinês com a África deu-se na Conferência Afro-Asiática de Bandung, em 1955, nessa conferência a China começou a interagir diplomaticamente com os representantes dos estados africanos. Em 1956 foi criado um departamento dentro do Ministério dos Negócios estrangeiros da RPC específico para os assuntos Africanos e Árabes.

O relacionamento da China com África ganhou um carácter multidimensional com a criação, em 2000, do Fórum para a Cooperação China – África e do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, fundado em 2003, os quais consistem plataformas alternativas para a concertação coletiva e desenvolvimento de medidas de cooperação, que são, depois, postas em prática no contexto bilateral.(ARANDA, 2010, p.13)

Esses fóruns são mecanismos que tem o objetivo de facilitar a interação entre os Estados participantes, tanto na área econômica, comercial e na área de cooperação. São em outras palavras espaços de negociações.

Os interesses chineses na África são voltados para as exportações que esse continente pode proporcionar à China, ou em outras palavras a China em sua maior parte está interessada nos recursos naturais africanos, os quais poderão possibilitar a continuidade da ascensão chinesa.

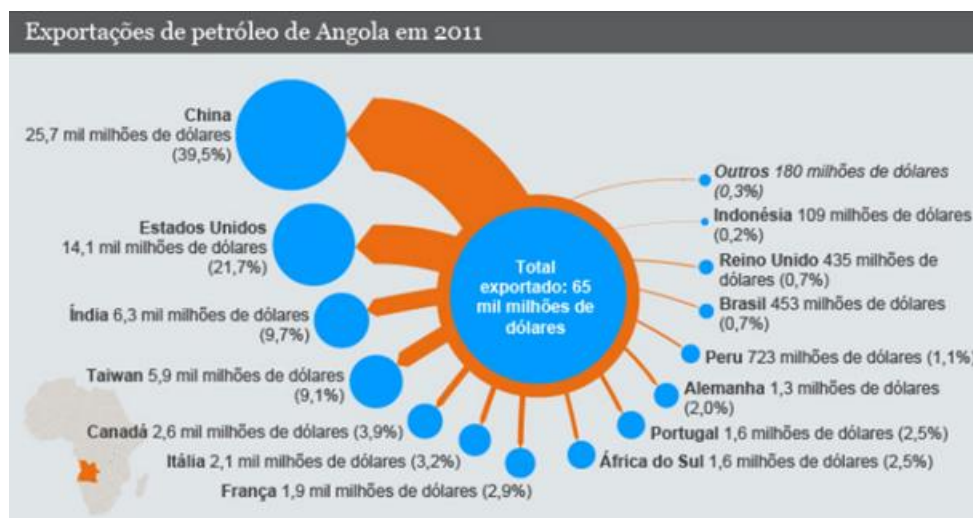
Ao contrário dos EUA, a China, na última década, tal como a Inglaterra, vem enfrentando sérias restrições a sustentação da oferta interna de matérias-primas e energia, desafio que surge após um passado de autossuficiência. Frente a seu expressivo crescimento econômico a partir da década de 80, o país enfrenta cada vez mais o desafio de suprir sua carência de bens primários e petróleo. (RIBEIRO, V.L, 2010)

Portanto a política externa chinesa está voltada para lograr esses materiais fundamentais para a continuidade do desenvolvimento chinês. Para isso a diplomacia do Estado chinês visa criar vínculos com os países da América Latina e os países africanos, que são tão ricos em recursos naturais e estão em desenvolvimento.

A África em grande número é formada por Estados em desenvolvimento e isso permite que exista uma relação amistosa com a China, já que essa última pode de certa forma garantir ou proporcionar um avanço para esses países.

Um exemplo da relação chinesa com um país africano pode ser o de Angola, que atualmente é o mais importante fornecedor de petróleo para a China no continente africano. Como podemos ver no gráfico referente às exportações de petróleo feitas por Angola no ano de 2011, a China corresponde como maior importador do recurso natural para esse o Estado angolano.

Figura 5: Exportações de petróleo de Angola em 2011.



Fonte: UNCTAD, UNCTADstat| Valores arredondados.

Segundo informações da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP), depois da Nigéria, Angola é o segundo produtor de petróleo do continente africano, com uma produção diária de 1,62 milhões de barris.

Uma das políticas utilizada pelo Estado chinês é a concessão de empréstimos financeiros, sem pré-condições, para os países africanos. Esses empréstimos em sua maioria são voltados para investimentos na infraestrutura. Então de certa forma, o investimento volta para a China por meio da contratação pelos países africanos de empreiteiras chinesas para a construção de obras como hospitais, escolas, edifícios.

Outra forma pela qual o continente africano se beneficia do contato chinês é pelo meio das importações feitas pela RPC, principalmente de recursos energéticos. A China também vê que na África um grande mercado para direcionar as suas exportações.

Relacionado com o objectivo de aceder a recursos estão as oportunidades de investimento nas economias africanas que a exploração de matérias-primas proporciona, com a aposta nas indústrias extractivas, telecomunicações e construção. Este processo seria orientado por empresas chinesas ou parcerias com empresas locais, apoiadas financeiramente com empréstimos subsidiados pelo governo chinês. Estas empresas, através da construção das infra-estruturas necessárias à implementação dos projectos de exploração dos recursos, encontrariam a oportunidade para estabelecerem a sua base localmente, expandirem a actividade e, simultaneamente, estimularem o escoamento dos produtos industriais chineses. (ARANDA,2010,p.18)

Voltada para os países ricos em petróleo como Sudão, Nigéria e Argélia a China anseia estreitar os vínculos nesses Estados por meio de empresas de exploração na parte de infraestrutura por meio de investimentos e projetos. Como citado por Ribeiro (2010) o Estado

chinês, no âmbito do Partido Comunista, vem ao longo dos últimos anos institucionalizando e estimulando as empresas chinesas (em sua maior parte estatais) a expandir suas operações em mercados externos, principalmente aquelas voltadas à exploração de recursos primários. Com isso a cooperação e o apoio desses países estarão garantidos, tanto em áreas econômicas, como em fóruns internacionais.

A aproximação da China com a África, especificamente, pode ser vista como uma prova do termo de ascensão pacífica utilizado pela RPC, mesmo que para alguns autores essa aproximação tenha um fundo de imperialismo. Não é objetivo desse trabalho, no entanto, discutir esse ponto.

A China para os governos africanos é uma fonte diferenciada de investimento, diferente das organizações financeiras internacionais que exigem que sejam cumpridos pacotes de medidas para que de fato seja feita a concessão de empréstimos. A China é uma alternativa para o Ocidente. Mesmo que o relacionamento com a China não seja benéfico para o continente, no momento ele é indispensável para algumas nações que encontraram na China um parceiro que nem América ou Europa foram.

Resumidamente a cooperação China-África traz benefícios mútuos já que permite o desenvolvimento socioeconômico da África ao mesmo tempo em que permite à China adquirir os recursos vitais para progredir a economia do Estado chinês.

3. A RELAÇÃO CHINA – ESTADOS UNIDOS

Historicamente a aliança norte americana e chinesa é recente e baseada em interesses mútuos, para poder descrever o início dessa aliança se faz necessário uma retomada histórica sobre a China durante o período da Guerra Fria.

A aliança entre China e URSS se degradou ao longo do tempo pelas diferenças culturais e a insensibilidade da URSS em relação a história chinesa. Após o afastamento da China com a URSS, a China tornou se neutra, pode se dizer. A República Popular da China não era aliada de nenhum dos blocos, contudo devido à possibilidade de que a China viera a apoiar a URSS novamente ou que a URSS dominasse a China, os Estados Unidos buscaram criar uma amizade com a RPC. Esse relacionamento teve períodos conturbados, principalmente por causa do apoio norte americana a Taiwan. Para marechais dos EUA,

A última coisa que os imperialistas norte-americanos estão dispostos a ver é uma vitória dos revisionistas soviéticos em uma guerra sino-soviética, já que isso iria [permitir aos soviéticos] construir um enorme império mais poderoso do que o império norte-americano, em recursos e força de trabalho. (KISSINGER, 2011, p. 214)

A República Popular da China, porém, não se enquadrou em nenhum dos dois grupos, utilizando-se assim da teoria criada por Mao, a “teoria dos Três Mundos”. Segundo essa teoria, o primeiro mundo eram as superpotências EUA e URSS, o segundo mundo eram os aliados das grandes superpotências e no terceiro mundo ficavam os países que não estavam interessados na disputa ideológica entre as superpotências, ou seja, os Estados não alinhados.

Emergindo em um mundo de duas superpotências nucleares, a China conseguiu, a despeito de sua insistente propaganda comunista, se conduzir essencialmente como um “agente livre” geopolítico na Guerra Fria. (KISSINGER, 2011, p.122)

A China demonstrou-se independente e com relativo poder de influência, utilizando o medo que os americanos e os soviéticos nutriam um pelo outro para tomar decisões que a favorecessem. Foi durante o governo Nixon que a RPC se desvinculou da URSS e iniciou uma nova relação com os EUA.

Talvez essa seja a relação mais observada por pesquisadores, pois o resultado da interação China-Estados Unidos é de interesse do mundo todo. Atualmente o bem-estar do Sistema Internacional depende dessas duas grandes nações.

Desde a Guerra Fria, o contato entre Estados Unidos e China vem se entrelaçando de maneira que hoje os dois Estados são dependentes um do outro. A queda de um traria consequências negativas para o outro. Essa ligação é extremamente forte no setor econômico. A China é uma das maiores credoras dos EUA e para Hung (2013) isso torna os EUA muito

vulneráveis. Contudo também existem autores como Nye (2009) que afirmam que a compra de títulos do Tesouro Americano pela China era necessária para ajudar Washington a pagar as dívidas, especialmente aquelas adquiridas durante as guerras no Iraque e Afeganistão.

Postula-se muito que o acúmulo de títulos dos EUA pela China, tornou este país incrivelmente vulnerável a ela, que agora é capaz de, a qualquer momento, se desfazer de seus ativos em dólar para provocar uma corrida a moeda americana, hiperinflação e crise fiscal nos Estados Unidos. (HUNG,2013, p.32)

Os Estados Unidos aceitam importações da China e a China retém os dólares e títulos americanos, na verdade fazendo um empréstimo aos Estados Unidos. Embora a China possa ameaçar vender suas retenções de dólares e prejudicar a economia americana, a economia americana enfraquecida significaria um mercado menor para as exportações chinesas, e o governo americano poderia reagir com tarifas contra as mercadorias chinesas. (NYE, 2009, p. 256).

Até agora os resultados da ascensão chinesa em relação aos EUA são ambíguos, trazendo benefícios e também prejuízos, dependendo é claro de quem olha a situação. Como prejuízo para os EUA podemos perceber o aumento do desemprego causado pela transferência de vários setores industriais, pela fuga de investimentos produtivos para a China e pelo o aumento da competição entre produtos chineses e norte-americanos, referente a valores e não à qualidade.

O alto déficit norte americano em relação a China é outra consequência negativa e uma das preocupações do Estado americano. Contudo esse déficit é causado pela mudança do setor industrial de vários países para a China, ou seja, basicamente empresas americanas se instalaram em terras chinesas e lá passaram a produzir seus bens para depois exportá-los de volta para seu país de origem. Essa exportação, entretanto, é somada à exportação chinesa, o que explica o déficit dos EUA. O acúmulo de superávit comercial da China com os EUA foi um dos fatores que permitiram o desenvolvimento chinês assim como as exportações para outros países.

Tabela 1: Balança Comercial dos EUA com a China: 1975 a 2008.

Balança Comercial dos EUA com a China: 1975 a 2008

(Em US\$ Milhões)

ANO	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	SALDO COMERCIAL
1975	304	159	145
1980	3.755	1.161	2.594
1985	3.796	4.222	-426
1990	4.807	16.261	-11.453
1995	11.748	48.506	-36.757
2000	16.252	107.615	-91.362
2005	41.835	259.829	-217.994
2008	71.412	337.745	-266.333

Fonte: Base de dados da United Nations Commodity Trade Statistics e United States International Trade Commission.

A China é vulnerável em relação aos Estados Unidos quando se trata das exportações chinesas, já que na área de tecnologia, recursos humanos e investimentos essas vulnerabilidades foi reduzida, por meio de investimentos do governo em desenvolver essas áreas.

Os líderes dos Estados Unidos e China sabem que a economia de cada país depende muito um do outro. China é extremamente dependente da venda de bens para os EUA para manter seu vasto exército de trabalhadores. Os EUA são extremamente dependentes de a China continuar a emprestar os bilhões de dólares do governo dos EUA por dia. (WESSEL, 2010, apud AMARALI, G.G.; MATTOS. T.C.L, 2013 p.113)

Economicamente a China é considerada perigosa pelos Estados Unidos, pois desde 2014 passou a ser a segunda maior economia do mundo fazendo com que os EUA temessem uma eventual substituição do papel de potência hegemônica dos Estados Unidos. A projeção chinesa de poder na Ásia, através de organismos multilaterais, treinamentos militares e a influência econômica é crescente nos países asiáticos, o que de certa forma caracteriza a diminuição do poder hegemônico dos EUA na região.

Para analista dos sistemas-mundo, uma potência capitalista hegemônica obtém a sua liderança política entre outras potências capitalistas a partir da sua supremacia econômica, refletida em sua participação no PIB mundial, assim como na lucratividade e competitividade de seus empreendimentos. (HUNG, 2013, p.15)

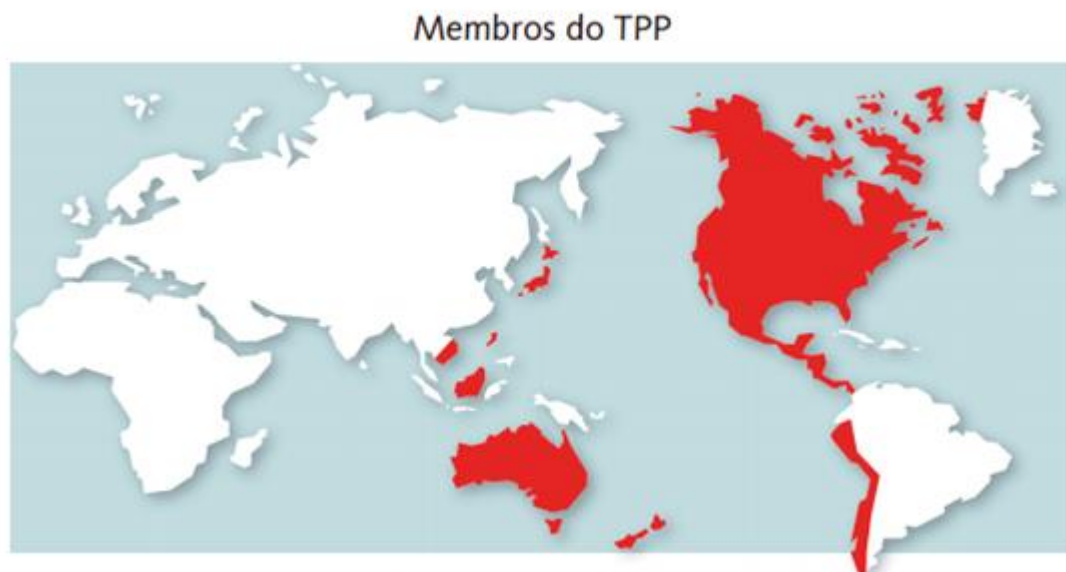
Para evitar que isso se concretize os EUA buscam modos de conter o avanço chinês, um exemplo dessa política de contenção para a China foi a adesão dos Estados Unidos ao Acordo Transpacífico.

Não obstante às questões econômicas, alguns teóricos aventaram a hipótese de que o TPP seja um instrumento dos EUA de contenção e limitação a ascensão econômica da China e de sua influência regional, entre outros aspectos. (Amaral, G.G.; MATTOS. T.C.L, 2013, pag 112)

3.1. Acordo Transpacífico

A Parceria Transpacífico, ou *Transpacific Partnership* (TPP), é um acordo que visa uma área de livre comércio entre os seguintes países, Canadá, Estados Unidos, México, Chile, Peru, Vietnã, Singapura, Malásia, Japão, Brunei, Austrália e Nova Zelândia. Esse acordo, além disso, inclui propostas para temas como investimentos, meio ambiente, compras governamentais, propriedade intelectual, serviços, mecanismo de solução de controvérsias, mercado de trabalho.

Figura 6: Membros do TPP



Fonte: Escritório da Representação de Comércio dos EUA.

Resumidamente a Parceira Transpacífico é um acordo na área econômica que beneficia os países membros, principalmente os Estados Unidos. Esse acordo é uma das tentativas de reorganizar a economia mundial a favor dos Estados Unidos e também uma tentativa clara de contenção para a China.

Antes de ser transformado em TPP, o acordo era denominado Trans-Pacific Strategic Economic Partnership. Esse acordo inicial foi idealizado por países localizados em torno do oceano Pacífico, eram eles, Nova Zelândia, Chile e Singapura. Ele foi oficialmente firmado em 2005 com a adesão de outro país, Brunei.

Esse acordo tinha como objetivos consolidar as relações econômicas entre os membros, liberalizar investimentos e estabelecer regras para o comércio internacional na região do Pacífico. Em 2008 os EUA demonstraram interesse em participar do novo bloco. Logo depois Vietnã, Peru e Austrália juntaram-se a negociação e então o acordo passou a se chamar Trans-Pacific Partnership. Em 2010, a Malásia se tornou o nono participante e, em 2011, Canadá, Japão e México anunciaram que participariam do acordo. O novo bloco passou, então, a abranger países da Ásia, América do Sul, Oceania e América do Norte.

Durante o governo Obama, o TPP era uma das estratégias centrais de sua política externa, pois visava a mudança da estratégia comercial do Estado norte americano, a qual pretendia dar mais atenção a região asiática que hoje em dia é o polo mais dinâmico da economia mundial.

O Acordo Transpacífico pretende contrabalancear a crescente influência do Estado chinês na região asiática, região essa na qual os EUA costumavam ter grande influência. O TPP seria, então, uma tentativa de recuperar essa influência.

“ Es de recordar la declaración del Presidente Obama cuando se anunció el acuerdo. Dijo: Cuando 95% de nuestros potenciales consumidores viven fuera de nuestras fronteras, no podemos dejar que países como China dicten las reglas de la economía mundial, Nosotros deberíamos escribir esas normas, abriendo nuevos mercados para los productos estadounidenses al tiempo que establece nuevos estándares para proteger a los trabajadores y el medio ambiente. A buen entendedor...”⁶

O TPP é mais que um Zona de Livre Comércio, é uma nova forma de acordo conhecida como Acordos de Comércio Mearregionais, ou Mega-Regional Trade Agréments (MRTA). Esses acordos regionais têm impactos sistêmicos e globais, pois tendem a mudar os fluxos de comércio internacional nas áreas em que se constituem.

“A Parceria Transpacífico trata de temas já tradicionais das relações econômicas internacionais, como: comércio de bens, medidas de defesa comercial, cooperação aduaneira, regras de origem, medidas sanitárias e fitossanitárias, barreiras técnicas ao comércio e acesso aos mercados, comércio transfronteiriço de serviços financeiros, comércio eletrônico e telecomunicações, mas não apenas deles. Também revela a inclusão de temas novos, ou pelo menos nova é a profundidade com a qual alguns dos temas a seguir são tratados: investimentos, propriedade intelectual, contratação pública, assuntos legais e institucionais, normas de competição e empresas estatais. Do mesmo modo, o acordo assuntos horizontais como: coerência regulatória, integração regional, normas ambientais e trabalhistas transparência e desenvolvimento.”⁷

O Acordo Transpacífico apresenta cinco características centrais que o tornam único; a primeira característica é o acesso abrangente a mercados, removendo tarifas e outras barreiras à circulação de bens, serviços e investimentos; a segunda é a criação de um acordo verdadeiramente regional, para facilitar o desenvolvimento de cadeias de suprimento entre os membros; a terceira é a inclusão de temas transversais ou horizontais, como convergência regulatória e competitividade; a quarta é a inclusão de novos temas, como tecnologias verdes e economia digital; e a quinta é a permissão da adaptação e atualização contínua do acordo mesmo após sua inclusão, tornando-o um acordo vivo.⁸

⁶ Fonte: Libre comercio: tratados y nuevo orden. Un balance – disponível em:

<http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1665-952X2016000200122&lang=pt>

⁷ Fonte: <http://www.institutougat.com.br/arquivos/tpp.pdf>(As consequências da Parceria Transpacífico (TPP) Disputando as arenas de poder no século XXI)

⁸ CARNEIRO, F. L. *Parceria Transpacífico: um acordo megarregional na fronteira da regulação do comércio internacional?* Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2108.pdf> Acesso direto em 02 março 2017.

O TPP tem, além disso, alguns temas principais, os quais são investimentos, propriedade intelectual, acesso ao mercado e serviços. O foco em investimentos dá uma centralidade aos fluxos de investimentos e é o que torna o TPP um acordo diferente dos acordos comerciais tradicionais. No que tange a discussão de propriedade intelectual, os EUA defendem regras mais rígidas a respeito da propriedade intelectual do que as regras que já estão em vigor no âmbito multilateral, mas isso não representa a vontade de todos os membros do acordo, pois os países menores e até a própria opinião pública norte americana são extremamente críticos a essa política restritiva. Por exemplo, a área farmacêutica, referente às patentes, é uma das áreas que mais preocupam em relação a utilização de regras mais rígidas, com o uso de tais regras os preços dos medicamentos muito provavelmente terão seus valores aumentados, o que faz com que haja protestos sobre esse tema.

Dentro do tema acesso aos mercados, uma das metas do TPP é criar uma zona de comércio sem tarifas aos mercados de bens entre os países-membros, mesmo que para algumas mercadorias seja fácil diminuir ou zerar as tarifas, existem produtos considerados sensíveis, um exemplo seria alguns produtos agrícolas. O arroz para o Japão, por exemplo, é um produto sensível pois, o Japão é um grande produtor e consumidor do produto, por tanto o governo busca proteger esse setor de sua economia não aceitando zerar tarifas sobre esse item. Outra situação de bens sensíveis seria o setor automobilístico, que propõe dificuldade nas negociações entre Japão e Estados Unidos. O setor de têxteis também se enquadram em matérias que se tem dificuldade para se negociar. E, por fim, dentro das negociações no setor de serviços, se encontra uma das principais prioridades dos EUA, as áreas dos setores financeiros, telecomunicações, serviços legais, logística, educação privadas e outras são fortes interesse americano. Cada uma dessas áreas tem discussões separadas, algumas das negociações, de certa forma, alcançaram relativo consenso entre os participantes do acordo. Os termos básicos para esses setores são: transparência na regulamentação governamental, reconhecimento mútuo de qualificações profissionais para certificação de provedores de serviço, acesso a mercados sem limite de número de transações e outros.

3.2. TPP e as consequências na China

É visível que o Estado americano cria obstáculos para a ascensão pacífica da China e que é necessário que o Estado chinês saiba como superar tais políticas de contenção. Para contrabalancear as consequências negativas do TPP, a China tenta concretizar as negociações de um acordo de livre comércio com a Coreia do Sul e o Japão ambos países que possuem indústria de capital intensivo e tecnologia desenvolvidos.

“A China espera confortavelmente, a partir de seu investimento regional e interno, os futuros caminhos do TPP em direção ou não há uma parceria maior, a Área de Livre Comércio da Ásia-Pacífico (FTAAP, em inglês, Free Trade Area of the Asia-Pacific). A ausência de interesse chinês em participar das negociações também é devido às incompatibilidades, sobretudo, com o regime de direitos autorais do TPP. É sabido que a China vem investindo pesado no desenvolvimento tecnológico e é pouco provável que abra mão do fortalecimento desse setor para a entrada de países que já tem esses setores desenvolvidos, em outras palavras, a China quer continuar subindo a escada do desenvolvimento tecnológico.” (IAEUGT, p.38)

Contudo, o novo presidente dos Estados Unidos Donald Trump eleito em 2016, imediatamente após assumir o cargo fez de uma das primeiras ações do novo governo a retirada do Estado norte americano do TPP. Isso de certa forma inviabiliza o tratado que perdeu o membro mais poderoso do grupo. Agora a China poderá desenvolver um acordo de livre comércio que englobe os países asiáticos e que aumente a influência chinesa na região.

CONCLUSÃO

O desenvolvimento chinês foi de fato muito curioso, pois a utilização de um sistema diferente para se desenvolver e que deu resultados positivos coloca em dúvida capitalismo apresentado por países desenvolvidos como o verdadeiro caminho para a superação do subdesenvolvimento. As reformas aplicadas na China pelo governo controlado pelo Partido Comunista Chinês causaram mudanças estruturais que permitiram que nós pudéssemos conhecer a China como ela é hoje, ou seja, a segunda maior economia do mundo e um Estado com um poder de barganha único no Sistema Internacional.

É claro que as relações que a China demonstra dar maior prioridades são aquelas que trazem benefícios e que são interessantes para o Estado, relações que permitam que o governo chinês cumpra os seus objetivos, como, por exemplo, poder continuar a promover o desenvolvimento em vários setores, mas principalmente o setor tecnológico, o qual permite autonomia. A respeito da obtenção de recursos naturais a China tem um vasto leque de opções de parceiros comerciais, que são em sua maioria países em desenvolvimento. É possível perceber que as consequências da interação desses países com a China são em certo ponto benéficas no que toca o lado econômico desses Estados fornecedores de recursos energéticos e de commodities, e prejudiciais ao causar a especialização dentro desses países nesses recursos consequentemente prejudicando o desenvolvimento interno de setores industriais desses Estados.

Para seus vizinhos asiáticos a China pode ser uma grande solução para que a região obtenha autonomia e mais influência no Sistema Internacional. Os países asiáticos possuem superávits com a China beneficiando ambos nas relações comerciais. Já para os EUA a China representa um rival em relação ao poder de influenciar mudanças no status quo atual em que os Estados Unidos têm grande controle por serem considerados o Estado hegemônico do Sistema Internacional. É provável que os EUA continuem a criar meios para contrabalancear a ascensão chinesa, contudo cada vez mais a China conquista aliados através de acordos ou até mesmo sendo o principal importador de produtos de alguns países.

BIBLIOGRAFIA

- ACIOLY, L. PINTO, E. O.; CINTRA, M. A. M. **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**. Brasília, DF: IPEA, 2011.
- AMARAL, G. C. G. **A diplomacia de “Ascensão Pacífica” como estratégia de política externa da China; as relações com o Vietnã e as disputas sobre ilhas**. Dissertação (Mestrado em Relações internacionais) Pontifícia Universidade Católica (PUC) São Paulo, 2013.
- AMARAL, G. G. A “Ascensão Pacífica” na Evolução da Diplomacia Chinesa nas Últimas Décadas. **Revista Aurora**, Marília, v. 6, n. 1, p. 71-94, 2012.
- AMARAL, G. G.; MATTOS, T. C. L. A Parceria Trans-Pacífico como uma estratégia de contenção da China. **Revista Aurora**, Marília, v. 7, n. 1, p. 111-134, 2013
- ANDRADE, I. O. ; NARETTO, N.; LEITE, A. W. A dinâmica das relações econômicas entre Brasil e China: uma análise do período (2000-2015). *Boletim de Economia e Política Internacional* , v. 21, p. 5-20, 2015.
- ARANDA, I. R. **Nuevas Configuraciones Económicas en el Asia-Pacífico y sus Consecuencias para América Latina: Desde el APEC a la Alianza del Pacífico** Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v57n2/a09v57n2.pdf>> Acesso em 02 fev. 2017
- ARRIGHI, G. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BETTELHEIM, C. **Revolução cultural e organização industrial na China**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- BIATO JUNIOR, O. **A parceria estratégica sino-brasileira: origens, evolução e perspectivas (1993-2006)**. Brasília: FUNAG, 2010.
- CABRAL, S. **Brasil e China: Desafios e Oportunidades no Século 21**. Rio de Janeiro: Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior, 2002.
- CARNEIRO, F. L. **A Parceria Transpacífica: Principais características e impactos sobre a regulação do comércio mundial**. *Boletim de Economia e Política Internacional*, v. 18, p. 60, 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2108.pdf> Acesso em 01 mar. 2017
- CARVALHO, C.; CATERMOL, F. **As Relações Econômicas entre China e EUA: Resgate Histórico e Implicações**. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 215-252, 2009. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev3108.pdf> Acesso em: 5 mar. 2017
- HUNG, H. A Guerra Fria, a China e a ascensão e queda da hegemonia do dólar americano. In: VIEIRA, R. L. (Org) **O Brasil, a China e os EUA na atual conjuntura da Economia-Mundo Capitalista - Apresentação. O Brasil, a China e os EUA na atual conjuntura da Economia-Mundo Capitalista**. 1ªed.Marília / São Paulo: Oficina Universitária / Cultura Acadêmica, 2013
- KISSINGER, H. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

MEDEIROS, C. China: Desenvolvimento Econômico e Ascensão Internacional. **In: China – Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão. 2008.

NAIDIN, L. C.; BRANDÃO, F.; VIANA, M. T. **O processo de adesão da China e da Rússia à OMC e as implicações para a agenda dos BRICS**. BPC Policy Brief, v. 2, p. 1-14, 2012. Disponível em: <<http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/2743/doc/1132094750.pdf>> Acesso em: 19 jan 2017

NYE JR., J. S. **O Paradoxo do Poder Americano – por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada**; editora UNESP, 2002.

NYE JR., J. S. **Cooperação e conflito nas relações internacionais**. São Paulo: Editora Gente, 2009.

OLIVEIRA, H. A. **A Crise Asiática e a China. 1999**. (Apresentação de Trabalho/Seminário) Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/oliveiracriseasiatica.pdf>> Acesso em: 02 fev. 2017

OLIVEIRA, H. A. **Brasil e China: cooperação sul-sul e parceria estratégica**. Belo Horizonte: Fino Traco, 2012.

OURIQUES, H. R. **As relações econômicas entre China e África: uma perspectiva sistêmica**. **Carta internacional**, v. 9, n.1, p.19-43, 2014. Disponível em: <<https://cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/122/77>>. Acesso em 27 de fev. 2017

PINI, A. M. **A crescente presença chinesa na América Latina: desafios ao Brasil**. V Encontro Nacional da ABRI, Belo Horizonte, 2015.

PINTO, P. A. P. China a ascensão pacífica da Ásia Oriental. **Revista brasileira de política internacional**. Brasília, v.48, n.2, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292005000200004> Acesso em: 19 fev. 2017

PROCÓPIO FILHO, A. **O século da China**. 1. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2010. v. 1. 208p

RIBEIRO, V. L. **A expansão chinesa na África: o desafio do crescimento e a nova face do imperialismo econômico**. **Revista OIKOS**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, 2010.

SÁNCHEZ, A. G. **Libre comercio: tratados y nuevo orden**. Un balance. Disponível em: <<http://www.scielo.org.mx>> Acesso em: 15 fev. 2017

SERRA, E. G. **Considerações sobre os impactos da entrada da China na OMC**. Disponível em: <<http://www.charlespennaforte.pro.br/China%20na%20OMC%20-%20Impactos.pdf>> Acesso em: 19 jan. 2017

SHENKAR, O. **O Século da China: A ascensão chinesa, e o seu impacto sobre a economia mundial, o equilíbrio do poder e o (des)emprego de todos nós**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

VIEIRA, R. L. **O Brasil, a China e os EUA na atual conjuntura da Economia-Mundo Capitalista - Apresentação. O Brasil, a China e os EUA na atual conjuntura da Economia-Mundo Capitalista**. 1ªed. Marília / São Paulo: Oficina Universitária / Cultura Acadêmica, 2013, v., p. 7-14.

WEIGUANG, W. A reforma, a abertura e a rota do desenvolvimento chinês **In: China – Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão. 2008.

